

Acompanhamento da Execução Orçamentária

1º BIMESTRE 2021

TCMIRJ

**TRIBUNAL DE CONTAS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

APRESENTAÇÃO

No Município do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ), com o auxílio do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), conforme disposto no art. 88, caput, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ), por meio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

No âmbito do TCMRJ, com base no disposto no art. 1º, § 4º, inciso II, da Deliberação n.º 242/2017, cabe à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento (CAD), órgão da Secretaria Geral de Controle Externo (SGCE), o acompanhamento da execução orçamentária do Município, inclusive das entidades da administração indireta, elaborando relatórios sobre a evolução da receita e despesa.

Dessa forma, o TCMRJ apresenta o relatório de acompanhamento da execução orçamentária do Município do Rio de Janeiro, referente ao 1º bimestre de 2021, produzido pela CAD.

Por fim, agradecemos a colaboração de todos os servidores desta Coordenadoria que, diariamente, contribuem para o aprimoramento institucional do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

Roberto Mauro Chapiro
Coordenador Técnico – CAD/SGCE

Sumário

1. Resultado Orçamentário	5
2. Receita Orçamentária	6
3. Despesa Orçamentária	12
3.1. Despesas por Funções de Governo	16

O presente relatório demonstra o desempenho orçamentário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no 1º bimestre de 2021, bem como sua evolução no período de 2017 a 2021. Tem por base os relatórios de despesa e receita, emitidos pela Controladoria Geral do Município (CGM) por meio do Sistema FINCON¹, conforme Resolução CGM nº 1.719 de 29/03/2021, publicada no D.O.M em 30/03/2021, bem como os balancetes orçamentários da PCRJ.

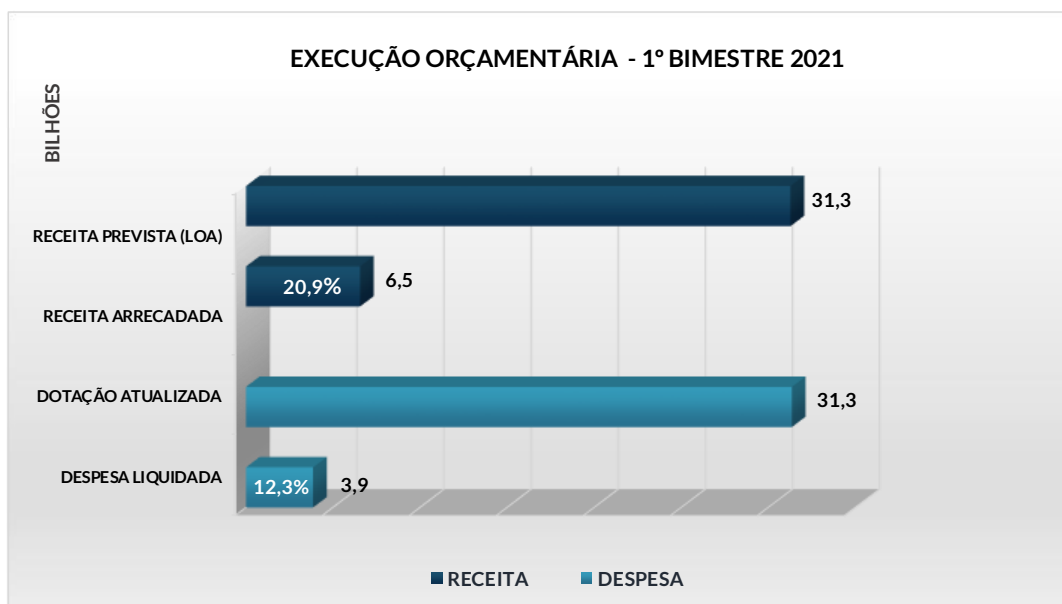
¹ Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

1. Resultado Orçamentário

O Município do Rio de Janeiro apresentou, no 1º bimestre de 2021, um superavit orçamentário de R\$ 2,70 bilhões. As receitas arrecadadas representaram 20,9% do montante previsto na Lei Orçamentária², enquanto as despesas liquidadas atingiram 12,3% da dotação atualizada³.

1º BIMESTRE 2021				Em R\$
Receita	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%
Corrente	30.758.577.001	6.537.254.360	21,3%	99,8%
Capital	509.062.343	12.250.751	2,4%	0,2%
Receita Total	31.267.639.344	6.549.505.112	20,9%	100,0%
Despesa	Dot. A atualizada [C]	Desp. Liquidada [D]	Desempenho [D/C]%	Composição [D/Dtot]%
Corrente	29.226.465.137	3.710.405.070	12,7%	96,3%
Capital	1.759.305.819	143.217.486	8,1%	3,7%
Res. Contingência	363.577.363	-	-	0,0%
Despesa Total	31.349.348.318	3.853.622.556	12,3%	100,0%
Superavit Orç. [B-D]		2.695.882.556		

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)



² Lei n.º 6.842 de 29 de dezembro de 2020 (LOA 2021)

³ Dotação Atualizada = Despesa fixada na LOA + Créditos Adicionais

Cabe ressaltar que, face à insuficiência financeira apresentada pelo Poder Executivo ao final do exercício de 2020, no montante de R\$ 5,45 bilhões, o superávit orçamentário apurado no 1º bimestre do presente exercício não resulta em acúmulo de disponibilidades financeiras na mesma ordem. Isso porque, no mesmo período, o Poder Executivo pagou R\$ 1,83 bilhão de restos a pagar, ou seja, despesas originadas orçamentariamente em exercícios anteriores, que, por conta da insuficiência financeira constatada ao final do exercício, tiveram que ser satisfeitas em grande parte com recursos arrecadados em 2021.

2. Receita Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 estimou em R\$ 30,76 bilhões as Receitas Correntes e em R\$ 509,1 milhões as Receitas de Capital, totalizando R\$ 31,27 bilhões de previsão orçamentária.

Abaixo é apresentada a arrecadação no 1º bimestre de 2021, por categoria econômica e origem:

1º BIMESTRE 2021				Em R\$
Receita	Prevista (LOA) [A]	Arrecadada [B]	Desempenho [B/A]%	Composição [B/Btot]%
Receitas Correntes	30.758.577.001	6.537.254.360	21,3%	99,8%
Receita Tributária	13.119.110.264	3.509.810.785	26,8%	53,6%
ISS	6.235.119.337	1.064.791.041	17,1%	16,3%
IPTU	4.032.583.235	1.830.647.860	45,4%	28,0%
Demais Tributos	2.851.407.692	614.371.883	21,5%	9,4%
Receita de Contribuições	5.414.584.561	769.905.933	14,2%	11,8%
Receita Patrimonial	327.510.332	24.422.841	7,5%	0,4%
Receita Industrial	10.111.739	158.172	1,6%	0,0%
Receita de Serviços	325.170.500	14.374.167	4,4%	0,2%
Transferências Correntes	10.490.088.836	2.100.567.462	20,0%	32,1%
FUNDEB	2.692.887.981	611.590.870	22,7%	9,3%
ICMS líquido FUNDEB	2.149.209.515	362.003.528	16,8%	5,5%
SUS	2.004.942.942	346.451.063	17,3%	5,3%
IPVA líquido FUNDEB	618.381.828	304.991.674	49,3%	4,7%
Outras Transf. Correntes	3.024.666.570	475.530.327	15,7%	7,3%
Outras Receitas Correntes	1.072.000.769	118.015.000	11,0%	1,8%
Receitas de Capital	509.062.343	12.250.751	2,4%	0,2%
Operações de Crédito	261.979.725	-	0,0%	0,0%
Alienação de Bens	92.650.786	5.048.433	5,4%	0,1%
Amortização de Empréstimos	670.910	15.457	2,3%	0,0%
Transferências de Capital	153.760.922	7.186.861	4,7%	0,1%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	0,0%
Receita Total	31.267.639.344	6.549.505.112	20,9%	100,0%

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

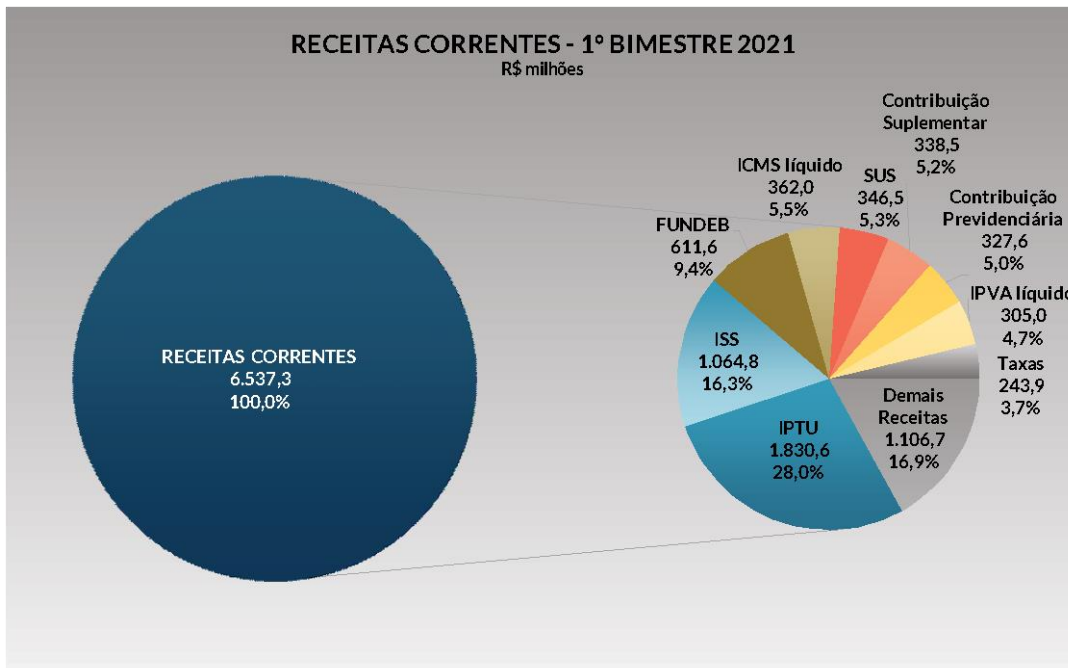
Observa-se que o total das receitas arrecadadas no período sob análise somou R\$ 6,55 bilhões. Sob a ótica das categorias econômicas, a arrecadação das Receitas Correntes (R\$ 6,54 bilhões) atingiu um desempenho de 21,3% do previsto para todo o exercício. Já a realização das Receitas de Capital (R\$ 12,3 milhões) foi de 2,4% do valor estimado na LOA.

Na tabela a seguir estão apresentadas as maiores arrecadações verificadas no 1º bimestre de 2021.

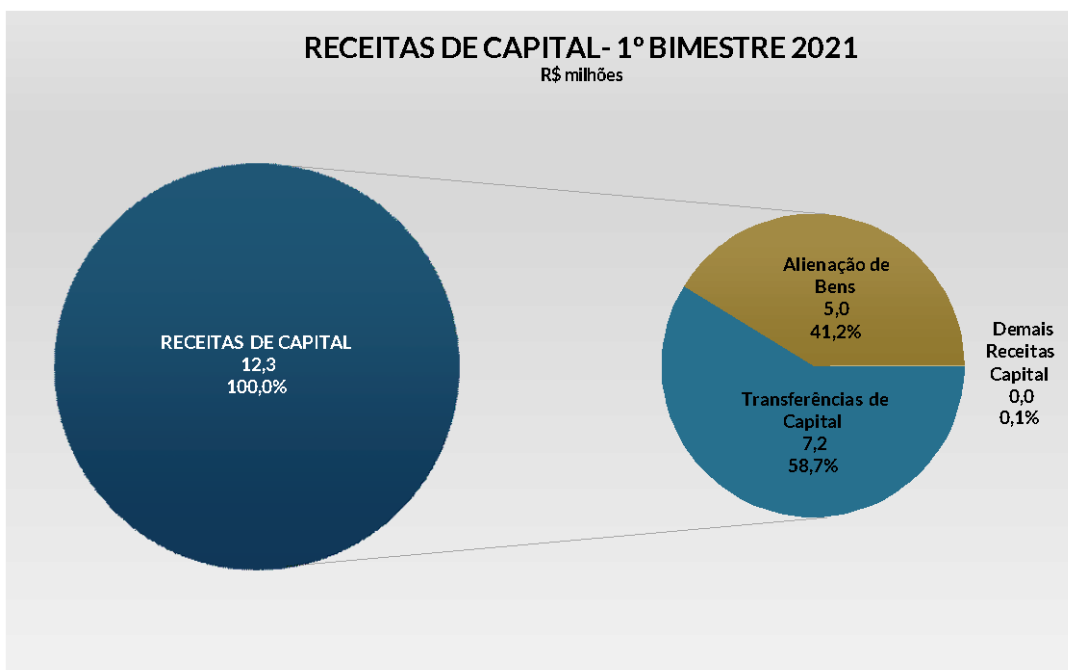
1º BIMESTRE 2021		Em R\$
Maiores Arrecadações	2021 [A]	Composição [A/A tot]%
Receitas Correntes	6.537.254.360	99,8%
IPTU	1.830.647.860	28,0%
ISS	1.064.791.041	16,3%
FUNDEB	611.590.870	9,3%
ICMS líquido	362.003.528	5,5%
SUS	346.451.063	5,3%
Contribuição Suplementar	338.548.532	5,2%
Contribuição Previdenciária	327.614.917	5,0%
IPVA líquido	304.991.674	4,7%
Taxas	243.927.521	3,7%
Demais Receitas Correntes	1.106.687.353	16,9%
Receitas de Capital	12.250.751	0,2%
Transferências de Capital	7.186.861	0,1%
Alienação de Bens	5.048.433	0,1%
Amortização de Empréstimos	15.457	0,0%
Operações de Crédito	-	0,0%
Outras Receitas de Capital	-	0,0%
Receita Total	6.549.505.112	100,0%

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM), com classificações CAD.

As Receitas Correntes representaram quase que a totalidade do valor arrecadado (99,8%) no 1º bimestre de 2021, destacando-se arrecadações oriundas das Receitas Tributárias do IPTU e do ISS, cuja soma importou em R\$ 2,90 bilhões, respondendo por 44,2% do total realizado pelo Município no período.



As Receitas de Capital, aquelas oriundas de contratação de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e transferências de capital, representaram apenas 0,2% do total arrecadado nesse período, com destaque para as “Transferências de Capital”, que somaram R\$ 7,2 milhões, ou seja, 58,7% do total arrecadado nesta categoria econômica.



A seguir, é demonstrada a série histórica da receita arrecadada no 1º bimestre dos exercícios de 2017 a 2021, segregada por categorias e origem e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

Cabe mencionar que em 2018 foi instituída a nova estrutura de classificação da receita orçamentária, conforme disposto na Portaria Interministerial STN/SOF nº 5 de 27/08/2015. Portanto, para fins de comparação das séries históricas de arrecadação, foi realizada a convergência dos códigos de receitas do exercício de 2017 (classificação anterior) para a nova classificação em vigor⁴.

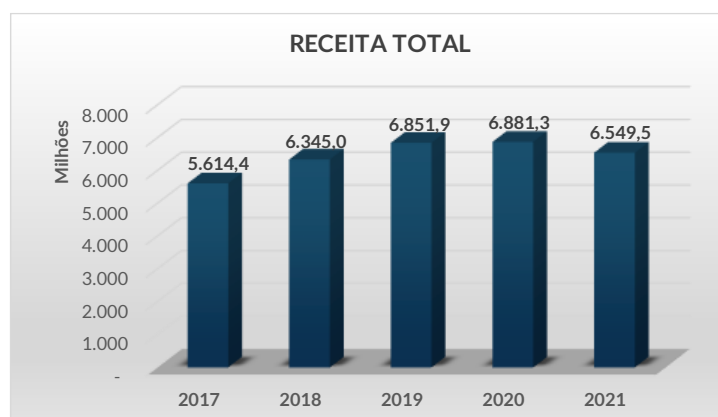
1º BIMESTRE 2021		Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)				
Receita	Arrecadada					
	Valores Constantes					
	2017	2018	2019	2020	2021	
Receitas Correntes	5.603.344.047	6.085.247.533	6.841.058.182	6.770.285.802	6.537.254.360	
Receita Tributária	2.927.029.521	3.080.024.509	3.407.258.606	3.559.330.530	3.509.810.785	
ISS	1.031.695.794	1.081.779.182	1.110.210.658	1.219.753.546	1.064.791.041	
IPTU	1.365.343.718	1.453.256.611	1.706.182.265	1.716.795.214	1.830.647.860	
Demais Tributos	529.990.009	544.988.716	590.865.683	622.781.769	614.371.883	
Receita de Contribuições	677.863.235	673.480.760	1.142.674.059	769.289.310	769.905.933	
Receita Patrimonial	75.535.862	69.414.433	74.740.900	46.736.064	24.422.841	
Receita Industrial	476.109	675.170	708.513	930.756	158.172	
Receita de Serviços	14.793.416	55.152.846	65.491.612	81.520.870	14.374.167	
Transferências Correntes	1.718.142.784	1.927.087.572	1.931.165.390	1.906.780.638	2.100.567.462	
FUNDEB	494.929.812	591.118.937	563.705.437	531.650.533	611.590.870	
ICMS líquido FUNDEB	356.294.903	272.087.535	379.120.849	343.301.323	362.003.528	
SUS	256.335.545	272.087.535	229.876.177	342.484.708	346.451.063	
IPVA líquido FUNDEB	387.085.403	382.611.484	399.048.054	335.205.391	304.991.674	
Outras Transf. Correntes	223.497.121	289.580.734	359.414.873	354.138.682	475.530.327	
Outras Receitas Correntes	189.503.121	279.412.241	219.019.104	405.697.633	118.015.000	
Receitas de Capital	11.103.049	259.740.312	10.863.558	110.969.825	12.250.751	
Operações de Crédito	46.147	241.782.992	4.725.963	32.040.251	-	
Alienação de Bens	2.185.856	1.993.624	4.196.376	74.046.715	5.048.433	
Amortização de Empréstimos	289.827	13.469.169	105.768	45.908	15.457	
Transferências de Capital	8.581.220	2.494.526	1.835.450	4.836.951	7.186.861	
Outras Receitas de Capital	-	6.344.987.844	-	-	-	
Receita Total	5.614.447.097	6.344.987.844	6.851.921.740	6.881.255.627	6.549.505.112	

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do exercício de 2021.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da receita arrecadada por categoria econômica e total.

⁴ No âmbito do Município do RJ, a CGM editou a Resolução Conjunta CGM/SMF n.º 92 de 23/02/18 que aprovou o novo classificador da receita e da despesa, bem como divulgou a Tabela de Convergência DE-PARA dos códigos de receitas existentes em 2017 e o novo código em 2018.



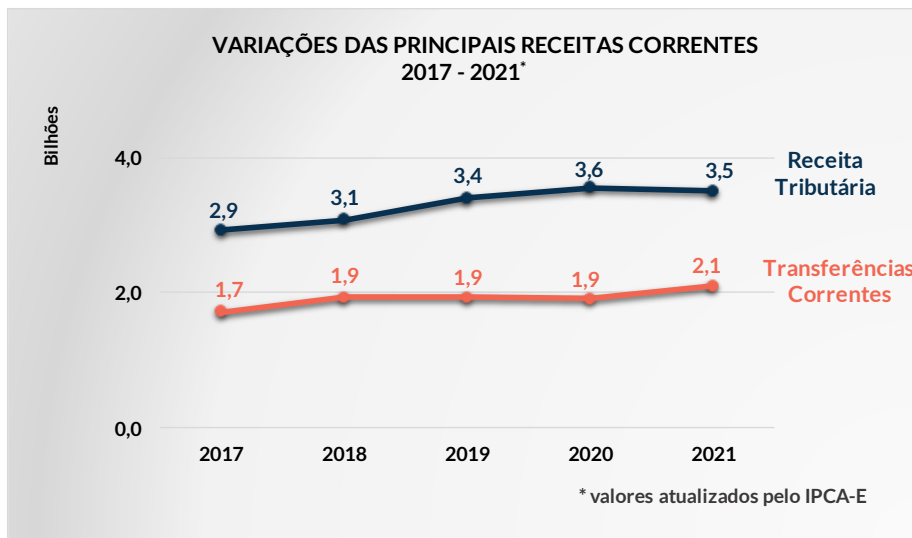
Em relação ao mesmo período do exercício de 2020, as receitas totais arrecadadas de janeiro a fevereiro de 2021 tiveram um recuo de 4,8%, descontada a inflação média do período.

Quanto às Receitas Correntes, a arrecadação no período em análise apresentou decréscimo de 3,4% em termos reais, o equivalente a R\$ 233 milhões em valores absolutos. Destaca-se a queda na arrecadação de diversas rubricas, tais como a receita de ISS, 12,7% (R\$ 155 milhões), “Receitas de Serviços” 82,4% (R\$ 67,1 milhões), e “Outras Receitas Correntes”, 70,9% (R\$ 287,7 milhões) menor que o mesmo período do ano anterior. Por outro lado, verifica-se o incremento de 10,2% nas “Transferências Correntes”, resultado, precipuamente, do incremento de 15% nas transferências do FUNDEB (R\$ 79,9 milhões) e das receitas intra-orçamentárias da Riosaude relativas a novos convênios de gestão de unidades de saúde celebrados ao longo de 2020. Também contribuiu positivamente o crescimento de 6,6% na receita tributária do IPTU que, em valores absolutos, equivalem a R\$ 113,9 milhões.

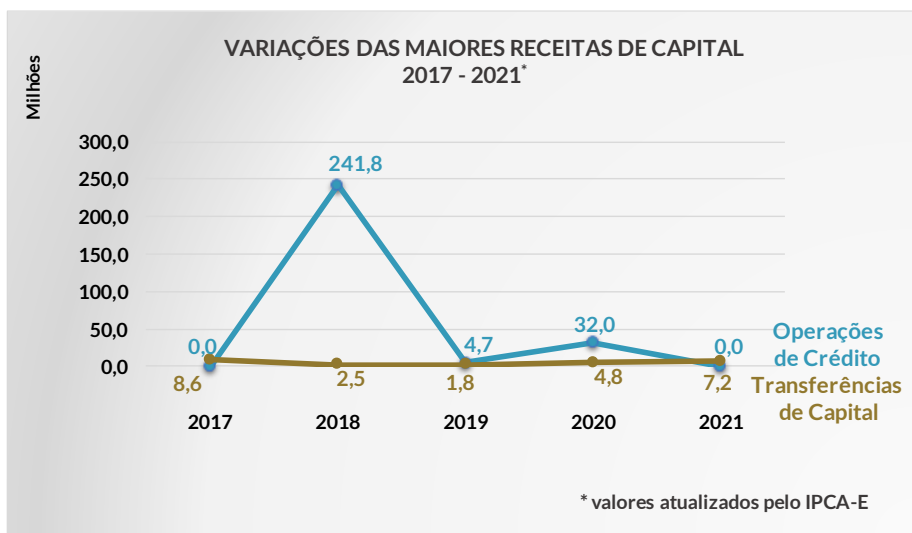
Em relação às Receitas de Capital, constata-se um decréscimo da arrecadação na ordem de 89% (R\$ 98,7 milhões), reflexo da ausência de liberações de operações de crédito no bimestre e da queda de 93,2% na receita de “Alienação de Bens” (R\$ 69 milhões).

A partir do quadro com a série histórica da arrecadação 2017-2021, verifica-se, na categoria econômica Receitas Correntes, que, para as 2 (duas) origens de receitas mais relevantes

(Receita Tributária e Transferências Correntes), a primeira apresentou retração de 1,4% no 1º bimestre de 2021 frente ao mesmo período de 2020, interrompendo a tendência de crescimento observada nos exercícios anteriores, reflexo da crise econômica desencadeada pela pandemia do Coronavírus; já a segunda, após manter-se no mesmo patamar nos últimos 3 exercícios, apresentou crescimento em 2021 em função, dentre outras, das receitas da Riosaude relativas a convênios de gestão de unidades de saúde já mencionadas anteriormente.



Em relação à categoria econômica Receitas de Capital, verifica-se a baixa realização das “Operações de Crédito” e “Transferências de Capital” nos últimos exercícios, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

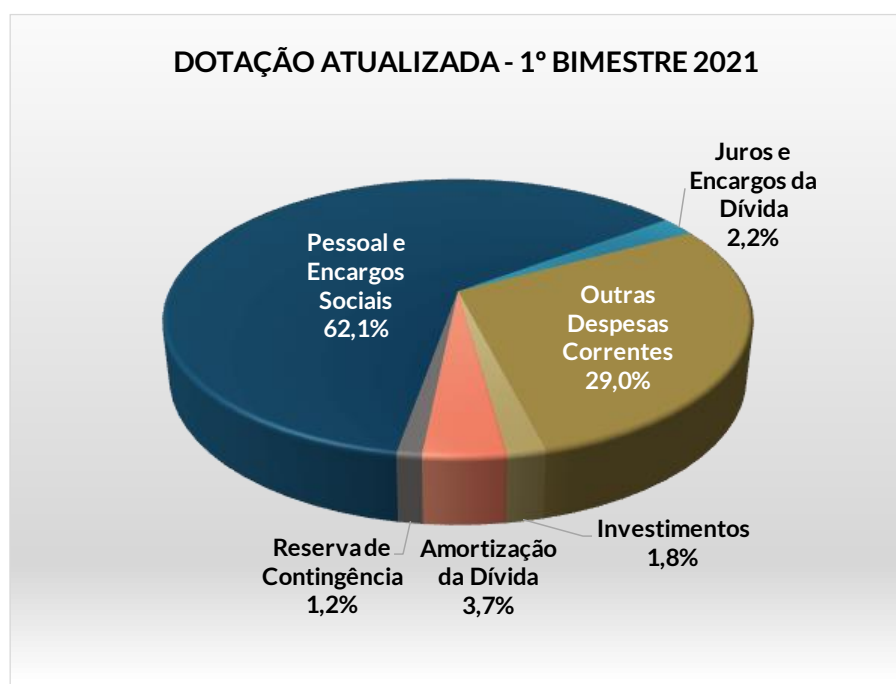


3. Despesa Orçamentária

A Lei Orçamentária de 2021 fixou, inicialmente, em R\$ 31,27 bilhões a despesa orçamentária, sendo R\$ 29,31 bilhões relativos às Despesas Correntes e R\$ 1,91 bilhão às Despesas de Capital. Estabeleceu, ainda, uma Reserva de Contingência de R\$ 47 milhões.

Após as alterações orçamentárias ocorridas durante os meses de janeiro a fevereiro de 2021, verificou-se uma dotação atualizada de R\$ 31,35 bilhões, sendo R\$ 363,6 milhões em Reserva de Contingência.

As Despesas Correntes representaram 93,2% da dotação atualizada para 2021, destacando-se “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes” que, somadas, atingem 91% do orçamento total do Município. Já as Despesas de Capital compõem 5,6% do orçamento.



A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária das despesas do período, por categoria econômica e natureza.

1º BIMESTRE 2021						Em R\$
Despesa	Despesa Fixada (LOA)	Dotação Atualizada [A]	Despesa Liquidada [B]	Execução [B/A]%	Composição [B/Btot]%	
Despesas Correntes	29.308.316.200	29.226.465.137	3.710.405.070	12,7%	96,3%	
Pessoal e Encargos Sociais	19.497.508.216	19.456.202.335	2.662.928.508	13,7%	69,1%	
Juros e Encargos da Dívida	694.193.235	694.163.235	100.406.092	14,5%	2,6%	
Outras Despesas Correntes	9.116.614.749	9.076.099.567	947.070.469	10,4%	24,6%	
Despesas de Capital	1.912.323.144	1.759.305.819	143.217.486	8,1%	3,7%	
Investimentos	727.938.436	565.921.111	204.135	0,0%	0,0%	
Inversões Financeiras	10.744.764	19.744.764	2.600.000	13,2%	0,1%	
Amortização da Dívida	1.173.639.944	1.173.639.944	140.413.351	12,0%	3,6%	
Reserva de Contingência	47.000.000	363.577.363	0	-	-	
Total	31.267.639.344	31.349.348.318	3.853.622.556	12,3%	100,0%	

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

O total das despesas liquidadas atingiu R\$ 3,85 bilhões, sendo executados R\$ 3,71 bilhões em Despesas Correntes (12,7% da dotação atualizada) e R\$ 143,2 milhões em Despesas de Capital (8,1% da dotação atualizada).

As Despesas Correntes representaram 96,3% do total executado no 1º bimestre de 2021, destacando-se os grupos “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, que somaram R\$ 3,61 bilhões, alcançando 93,7% da execução orçamentária.

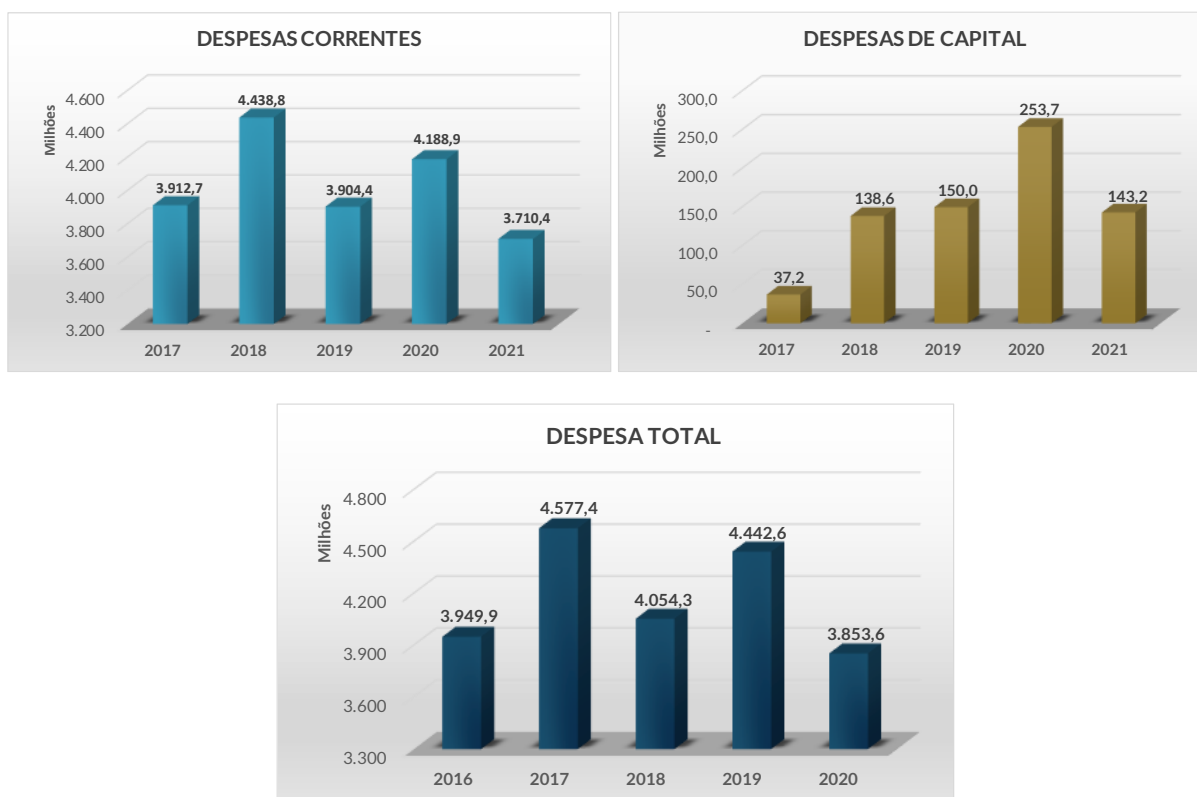
As Despesas de Capital importaram em 3,7% do total executado, sendo liquidado R\$ 140,4 milhões (3,6%) em “Amortização da Dívida”, R\$ 2,6 milhões em Inversões Financeiras (0,1%) e apenas R\$ 204,1 mil em “Investimentos”.

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa no primeiro bimestre dos exercícios de 2017 a 2021, segregada nas categorias Corrente e Capital e atualizada pelo IPCA-E médio do período.

1º BIMESTRE 2021		Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)				
Despesa	Líquida					
	Valores Constantes					
	2017	2018	2019	2020	2021	
Despesas Correntes	3.912.685.885	4.438.816.162	3.904.383.923	4.188.867.498	3.710.405.070	
Pessoal e Encargos Sociais	2.685.469.265	2.768.603.422	2.885.535.564	2.852.357.697	2.662.928.508	
Juros e Encargos da Dívida	78.188.213	161.611.263	125.931.465	113.012.444	100.406.092	
Outras Despesas Correntes	1.149.028.406	1.508.601.476	892.916.894	1.223.497.357	947.070.469	
Despesas de Capital	37.174.088	138.600.902	149.963.463	253.729.549	143.217.486	
Investimentos	19.719	6.199	808.157	67.911.937	204.135	
Inversões Financeiras	-	-	853.345	9.399.189	2.600.000	
Amortização da Dívida	37.154.369	138.594.703	148.301.961	176.418.424	140.413.351	
Despesa Total	3.949.859.973	4.577.417.064	4.054.347.385	4.442.597.048	3.853.622.556	

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM).

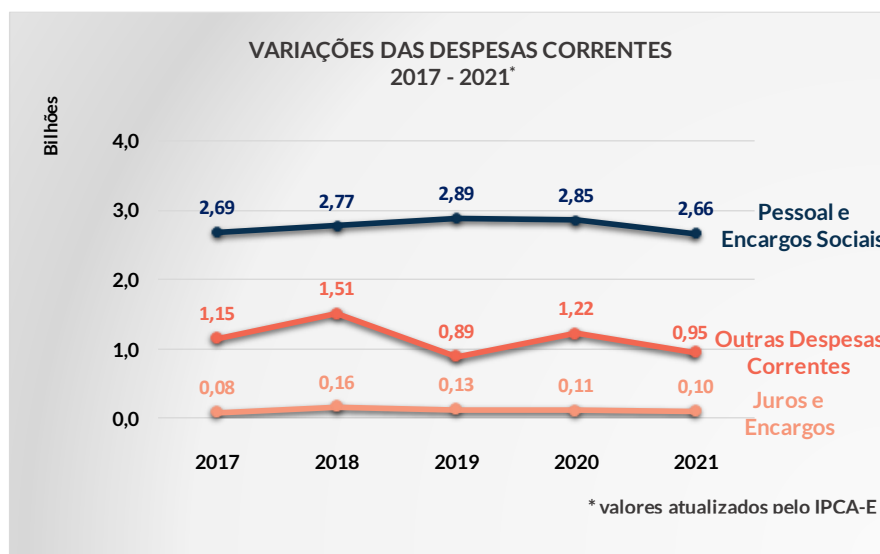
Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio Exercício 2021



As despesas totais liquidadas no 1º bimestre de 2021 apresentaram recuo (valores atualizados pelo IPCA-E) de 13,3% (R\$ 589 milhões) em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Em relação às Despesas Correntes, observa-se um decréscimo de 11,4% (R\$ 478,5 milhões), resultado da queda de 22,6% na execução em “Outras Despesas Correntes” (R\$ 276,4 milhões), 6,6% em “Pessoal e Encargos Sociais” (R\$189,4 milhões) e 11,2% em “Juros e Encargos da Dívida” (R\$ 12,6 milhões).

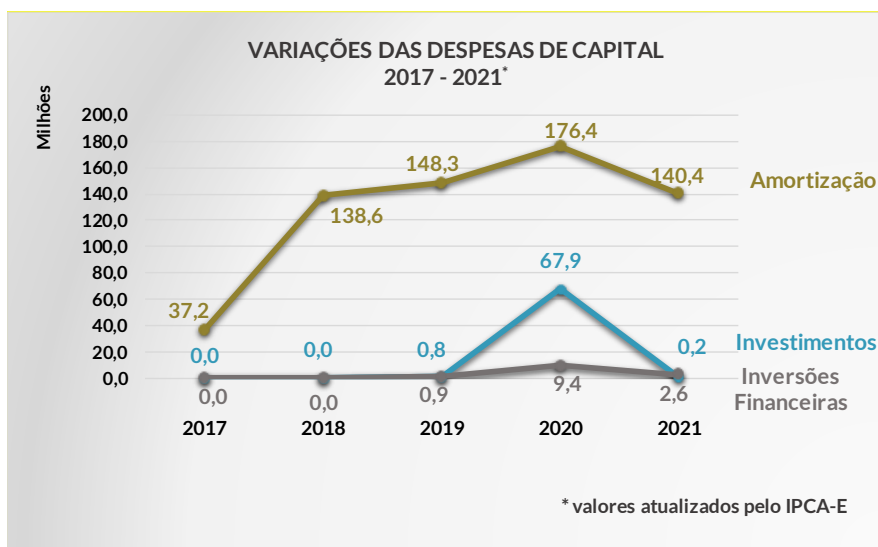
Na análise da série histórica, verificam-se as variações ocorridas nas Despesas Correntes entre o 1º bimestre de 2017 e o 1º bimestre de 2021. Ressalta-se que as “Outras Despesas Correntes” apresentaram variação negativa de 17,6% no período de 2017/2021. Já para as despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”, apesar dos sucessivos aumentos no período entre 2017 e 2019, observa-se um pequeno decréscimo, em termos reais, de 0,8% quando comparado o período 2017/2021.



As Despesas de Capital apresentaram decréscimo de 43,6% (R\$ 110,5 milhões) entre o 1º bimestre 2020/2021, justificado, em parte, pela baixa execução de “Investimentos”.

Quanto às despesas com “Amortização da Dívida”, ressalta-se que a Lei Complementar n.º 173 de 27/05/2020, que instituiu o “Programa Federal de Enfrentamento ao Coronavírus”, suspendeu os pagamentos da dívida renegociada com a União no ano de 2020. Estabeleceu, ainda, que os valores eventualmente pagos a partir de 1º de março de 2020 seriam apartados e destinados ao pagamento das parcelas vincendas a partir de janeiro de 2021. Como o Município já havia realizado os pagamentos nos meses de março a maio de 2020, tais valores foram utilizados para quitar as parcelas no 1º bimestre de 2021, razão pela qual verifica-se a queda na execução deste grupo de despesas.

Na comparação da série histórica 2017/2021, houve acréscimo na execução das Despesas de Capital de 285,3% (apesar da queda em 2021), explicado principalmente pelo aumento de 277,9% (R\$ 103,3 milhões) em “Amortização da Dívida”, ocasionado pelo pagamento de operações de crédito contraídas em exercícios anteriores.



3.1. Despesas por Funções de Governo

A aplicação dos recursos da Administração Pública encontra-se aqui examinada através das Funções Governamentais, que agregam o nível máximo de ações do Município do Rio de Janeiro no cumprimento dos seus objetivos socioeconômicos.

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias, buscando indicar em qual área de ação municipal a despesa foi realizada.

A seguir, é demonstrada a evolução da execução da despesa liquidada, por função de governo, nos meses de janeiro a fevereiro de 2017 a 2021 (valores atualizados pelo IPCA-E médio de 2021).

1º BIMESTRE 2021

Em R\$ constantes (IPCA-E médio 2021)

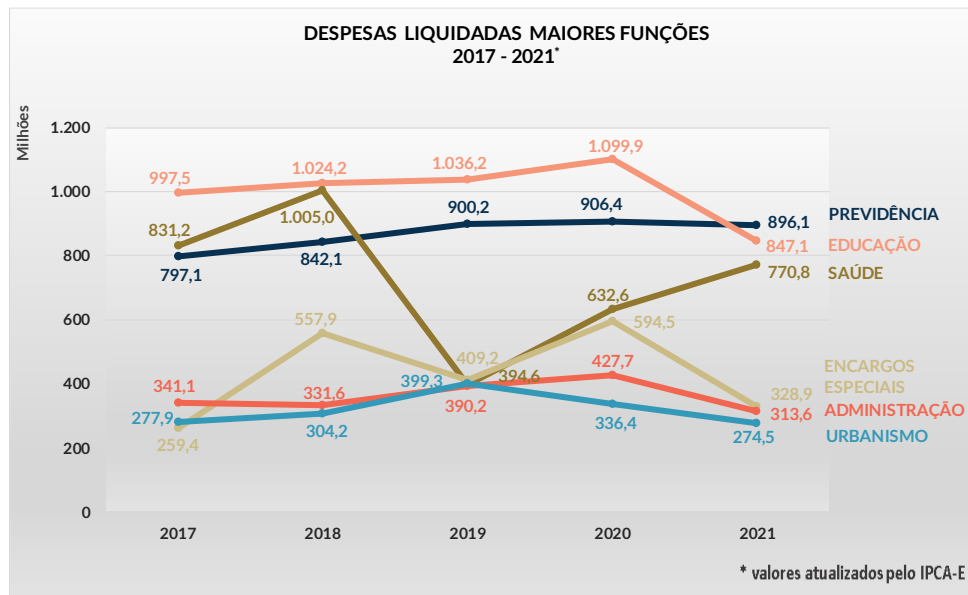
Função	Despesas Liquidadas					Composição 2021 [Liq/LiqTot]%
	Valores Constantes					
	2017	2018	2019	2020	2021	
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	797.095.932	842.140.838	900.157.111	906.398.205	896.057.861	23,3%
12 - EDUCACAO	997.463.309	1.024.240.743	1.036.221.102	1.099.883.954	847.094.627	22,0%
10 - SAUDE	831.153.554	1.005.008.451	394.615.873	632.639.405	770.783.165	20,0%
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	259.371.162	557.912.211	409.247.359	594.517.193	328.909.219	8,5%
04 - ADMINISTRACAO	341.087.230	331.584.329	390.185.221	427.668.317	313.564.450	8,1%
15 - URBANISMO	277.874.115	304.172.561	399.309.699	336.424.146	274.517.684	7,1%
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	39.099.381	99.708.359	84.841.965	104.340.231	102.165.343	2,7%
06 - SEGURANCA PUBLICA	87.093.654	86.361.858	87.645.012	92.655.890	87.705.055	2,3%
17 - SANEAMENTO	102.948.759	93.847.970	131.359.367	74.829.712	82.299.918	2,1%
01 - LEGISLATIVA	132.715.831	135.441.485	129.306.220	77.438.522	71.474.815	1,9%
26 - TRANSPORTE	30.928.714	22.935.210	17.146.445	31.061.892	23.805.534	0,6%
02 - JUDICIARIA	16.049.290	16.087.478	17.393.266	18.392.419	17.378.163	0,5%
18 - GESTAO AMBIENTAL	13.444.734	14.422.738	13.750.176	10.464.661	9.549.040	0,2%
16 - HABITACAO	5.347.657	3.028.117	6.189.108	8.048.981	7.549.342	0,2%
13 - CULTURA	14.474.323	14.339.256	13.844.224	6.783.933	5.964.585	0,2%
23 - COMERCIO E SERVICOS	1.145.909	22.211.378	15.282.857	14.463.370	5.887.568	0,2%
11 - TRABALHO	1.124.077	1.664.870	2.269.532	2.157.785	5.878.194	0,2%
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	63.052	767.799	1.314.218	2.175.359	1.255.123	0,0%
27 - DESPORTO E LAZER	758.543	708.309	2.718.607	1.579.413	1.044.229	0,0%
22 - INDUSTRIA	586.626	833.104	598.448	673.659	466.583	0,0%
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	34.122	-	951.574	-	272.056	0,0%
Despesa Total	3.949.859.973	4.577.417.064	4.054.347.385	4.442.597.048	3.853.622.556	100,0%

Fonte: Dados extraídos do Excel-Addin (Base FINCON - CGM)

Os valores foram atualizados pelo IPCA-E médio do Exercício de 2021.

No 1º bimestre de 2021, as funções “Previdência Social”, “Educação”, “Saúde”, “Encargos Especiais”, “Administração” e “Urbanismo”, representaram 89% do montante das despesas liquidadas.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das despesas nessas funções no acumulado dos meses de janeiro a fevereiro dos exercícios de 2017 a 2021.



Com relação às despesas liquidadas por funções, pode-se destacar:

- **Função Previdência Social** – as liquidações nos meses de janeiro a fevereiro de 2021 mantiveram-se no mesmo patamar da execução de 2020, apresentando leve declínio de 1,1%, equivalente a R\$ 10,3 milhões em valores absolutos. No acumulado do período 2017-2021, observou-se crescimento real de 12,4% (R\$ 99 milhões).

As obrigações com aposentadorias e pensões são as despesas com maior representatividade nesta função, respondendo por 96,7% das liquidações no 1º bimestre de 2021.

- **Função Educação** - apresentou decréscimo de R\$ 252,8 milhões nas liquidações no 1º bimestre de 2021, o que representou uma queda de 23% descontada a inflação do período. A variação mais expressiva ocorreu no programa “Gestão Administrativa – Capital Humano na Formação do Carioca”, com liquidação de R\$ 270,2 milhões menor que a efetuada em igual período de 2020.

Em relação à série histórica, verifica-se uma queda de 15,1%, em termos reais, na execução da Função Educação quando comparado o primeiro bimestre de 2017 e de 2021.

- **Função Saúde** - verifica-se incremento de 21,8% (R\$ 138,1 milhões) das despesas liquidadas até o 1º bimestre de 2021 quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. As principais variações foram verificadas nos programas “Gestão Administrativa – Saúde Preventiva e Emergência Social” (incremento de R\$ 91,8 milhões) e “Atenção Primária a Saúde” (incremento de R\$ 82,3 milhões).

Ressalta-se que, no período de 2017-2021, houve queda na execução desta função de 7,3%, o equivalente a R\$ 60,4 milhões em valores absolutos.

- **Função Encargos Especiais** – constata-se uma queda nas liquidações de 44,7% (R\$ 265,6 milhões) nos meses de janeiro a fevereiro de 2021 quando comparadas a igual período de 2020.

Cabe ressaltar que, analisando a execução por elemento de despesa, constata-se expressiva redução na execução dos aportes para cobertura do déficit atuarial, indenizações e restituições, além de juros e amortização da dívida contratual, em função da compensação dos pagamentos da dívida renegociada com a União, conforme já mencionado anteriormente.

Em relação à série histórica, o aumento da despesa nesta função foi de 26,8% (R\$ 69,5 milhões).

- **Função Administração** – apresentou um decréscimo de 26,7% (R\$ 114,1 milhões) no 1º bimestre de 2021 comparado ao mesmo período do exercício anterior.

As principais variações nesta função, no ano corrente, foram nas ações “Iluminação Pública na Cidade” (redução de 41,6 milhões, ressaltando que não houve execução no 1º bimestre de 2021); “Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica – Adm. Direta – Governança para os Cidadãos” (redução de R\$ 29,5 milhões); “Provisão de Gasto com Pessoal – Governança para os Cidadãos” (queda de R\$ 17,9 milhões) e “Aquisição, Desapropriação de Imóveis e Reformas em Próprios Municipais” (menos R\$ 11,7 milhões).

Para o período 2017-2021, a variação negativa é 8,1%, R\$ 27,5 milhões.

- **Função Urbanismo** – apresentou decréscimo de 18,4% (R\$ 61,9 milhões) nas despesas liquidadas no 1º bimestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020. O maior impacto se deu no programa “Expansão do Sistema de Transportes”, que, no 1º bimestre de 2020, havia executado R\$ 56 milhões com a implantação do BRT Transbrasil e que, no ano corrente, não houve liquidação.

Na análise da série histórica, houve uma pequena queda de 1,2% (R\$ 3,4 milhões).

Por fim, cabe destacar que o presente relatório foi desenvolvido a fim de atender o art. 1º, § 4º, inc. II, da Deliberação TCMRJ nº 242 de 27/06/2017, e será periodicamente atualizado e divulgado por este Tribunal de Contas.